cyan magenta amarelo preto

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.08.25 06:31:06 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sexta-feira, 25 de agosto de 2023 • Nº 1631 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Cardeal Tempesta

Romaria para Aparecida

PÁGINA 4

MP

Senado aprova aumento do salário mínimo e isenção no IR

O Senado aprovou, na manhã desta quinta-feira, a medida provisória do governo Lula (PT) que aumenta o salário mínimo para R$ 1.320. A Casa manteve o entendimento da Câmara de não tratar da taxação de empresas offshores no texto. A medida, que tem prazo de validade na próxima segunda-feira, agora vai à sanção da Presidência. Foi mantido na MP do salário mínimo o trecho que determina o aumento na isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R$ 2.640. O governo Lula prevê que o salário mínimo deverá alcançar R$ 1.421 no ano que vem, já considerando a fórmula de correção da política de valorização proposta pelo Executivo. O reajuste do piso nacional vai considerar a inflação do ano anterior mais a variação do PIB (Produto Interno Bruto) de dois anos antes (neste caso, a alta de 2,9% observada em 2022). PÁGINA 2

CMN

Estados poderão se endividar em mais R$ 12 bi

O CMN (Conselho Monetário Nacional) decidiu ontem ampliar em R$ 12 bilhões o limite para estados e municípios contratarem novas operações de crédito ainda em 2023 -o que proporciona um aumento de 75% no limite atual, que é de R$ 16 bilhões e já está esgotado. A medida significa que governadores e prefeitos poderão ter acesso a dinheiro novo nos próximos quatro meses. A medida vale a partir de 1º de setembro. Desse valor, R$ 9 bi poderão ter a União como fiadora, enquanto outros R$ 3 bi serão operações sem garantia do governo federal em caso de inadimplência. A decisão ocorre num momento em que o governo costura uma série de medidas para facilitar o acesso desses entes a fontes de financiamento.

CORRUPÇÃO EM FAMÍLIA

PEDRO LADEIRA/FOLHAPRESS

Filho 04 de Bolsonaro é alvo de operação da Polícia Civil

Jair Renan (foto), filho do ex-presidente Jair Bolsonaro, foi alvo ontem de uma operação da Polícia Civil do Distrito Federal relacionada a um grupo suspeito de estelionato, falsificação de documentos, sonegação fiscal e lavagem de dinheiro. Os investigadores cumpriram dois mandados de busca contra Renan, um em Balneário Camboriú (SC), onde ele mora atualmente, e um outro em Brasília. Em nota, a Polícia Civil disse que, no Distrito Federal, "as ordens foram cumpridas em Águas Claras e no Sudoeste, em desfavor do alvo principal e dois comparsas". Um dos "comparsas" seria Renan, segundo as investigações. PÁGINA 3

DOENÇA

Município do Rio vai testar vacina contra dengue tipo 1

A cidade do Rio deve testar, até o fim deste ano, uma vacina contra a dengue em população específica. Segundo o secretário municipal de Saúde, Daniel Soranz, essa é uma parceria entre o Ministério da Saúde, a Fundação Oswaldo Cruz e a pasta. A expectativa é vacinar cerca de 40 mil pessoas para verificar o comportamento do imunizante em relação à dengue tipo 1, que circula neste momento no Brasil. "É uma vacina que foi testada para a dengue 2, a gente quer ver de fato como ela se comporta com o nosso sorotipo circulante hoje que é a dengue tipo 1", adiantou em entrevista à Agência Brasil. O teste vai funcionar como um tipo de prevenção dos períodos de verão, quando os casos da doença costumam aumentar. PÁGINA 4

STF

Zanin vota contra descriminalização de porte de maconha para uso pessoal

CARLOS MOURA/STF

Indicado por Lula (PT) ao STF (Supremo Tribunal Federal), o ministro Cristiano Zanin (**foto**) se manifestou ontem contra a descriminalização do porte de drogas para uso pessoal, divergindo dos ministros que votaram anteriormente, que defenderam essa possibilidade em relação à maconha. Zanin sugeriu uma tese, no entanto, que diferencie traficante de usuário de maconha no caso da posse da quantia de 25 gramas ou seis plantas fêmeas, mas "com a possibilidade de reclassificação para tráfico mediante fundamentação das autoridades envolvidas". PÁGINA 3

SÃO PAULO

Tarcísio vai ofertar curso técnico experimental

O governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) (foto) vai oferecer cursos técnicos "em caráter experimental" para alunos do ensino médio em escolas regulares da rede estadual de São Paulo no próximo ano letivo. A proposta, comandada pelo secretário de Educação, Renato Feder, faz parte do Programa Educação Profissional Paulista, cujas diretrizes foram publicadas no Diário Oficial de terça-feira passada. Conforme antecipou a Folha de S.Paulo, a medida prevê a oferta de ensino técnico dentro da estrutura atual das escolas regulares, com aulas presenciais ministradas por profissionais que não necessariamente sejam professores, mas que atuam na área dos cursos. PÁGINA 3

INDICADORES

IBOVESPA: -0,94% / 117.025,60 / -1.108,99 / Volume: R$ 19.388.208.286 / Negócios: 3.097.351

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
RAIZEN PN N2	3.730	+3.32	+0.120
ALPARGATAS PN N1	9.89	+2.28	+0.22
IRBBRASIL REON NM	45.02	+2.02	+0.89
ELETROBRAS PNB N1	40.50	+1.38	+0.55
ELETROBRAS ON N1	37.21	+1.39	+0.51

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
AZUL PN N2	15.34	–5.31	–0.86
GOL PN ES N2	7.52	–4.57	–0.36
GRUPO SOMA ON NM	8.480	–3.96	–0.350
CVC BRASIL ON NM	2.43	–3.95	–0.10
AREZZO CO ON NM	79.91	–3.56	–2.95

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
PETROBRAS PN EDJ N2	32.19	–0.16	–0.05
VALE ON NM	62.20	–1.33	–0.84
ELETROBRAS ON N1	37.21	+1.39	+0.51
ITAUUNIBANCOPN N1	27.29	–1.16	–0.32
BRADESCO PN N1	15.02	–2.40	–0.37

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	34.099,42	-1,08
NASDAQ Composite	13.463,971	-1,87
Euro STOXX 50	4.235,67	-0,75
CAC 40	7.214,46	-0,44
FTSE 100	7.333,63	+0,18
DAX 30	15.621,49	-0,68

Salário mínimo	R$ 1.320,00
Ufir	R$ 4,3329
Taxa Selic (02/08)	13,25%
Poupança 3 (25/08)	0,7170%
TR (25/08)	0,2159%
IGP-M	-0,72% (jul.)
IPCA	0,12% (jul.)
CDI (02/08)	13,15%
OURO BM&F/grama	R$ 305,09
EURO Comercial	Compra: 5,2721 Venda: 5,2727
EURO turismo	Compra: 5,3223 Venda: 5,5023
DÓLAR Ptax - BC	Compra: 4,8748 -0,47%
DÓLAR comercial	Compra: 4,8792 Venda: 4,8798
DÓLAR turismo	Compra: 4,8921 Venda: 5,0721

Economia

MERCADOS

Em nova queda, Bolsa recua de 0,93%; dólar sobe 0,45%

LUCAS BOMBANA/FOLHAPRESS

Após o desempenho positivo dos mercados na sessão passada, com alta de 1,7% da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) e queda de 1,67% do dólar, na esteira da aprovação do arcabouço fiscal, o pregão de ontem foi marcado por um ajuste nos preços.

O principal índice acionário da Bolsa brasileira oscilou no território negativo durante todo o dia e terminou os negócios em queda de 0,93%, aos 117.025 pontos, enquanto o dólar registrou alta de 0,45%, a R$ 4,8792 na venda.

O movimento acompanhou o sentimento de maior cautela que predominou nos mercados globais -nos Estados Unidos, as ações também caíram, com baixa de 1,87% do Nasdaq, queda de 1,35% do S&P 500 e de 1,08% do Dow Jones. Na mesma toada, o dólar se fortaleceu contra uma cesta de moedas de países desenvolvidos, com alta de 0,54% do indicador DXY.

Os pedidos iniciais de auxílio-desemprego diminuíram em 10 mil na semana encerrada em 19 de agosto, para 230 mil, informou o Departamento do Trabalho dos EUA. O número ficou abaixo do esperado pelos economistas, que previam 240 mil solicitações para a última semana.

O mercado de trabalho apertado e a expectativa pelas sinalizações do presidente do Fed fizeram com que as taxas de juros dos títulos públicos dos EUA operem em alta nesta quinta. O título do governo americano com vencimento em 10 anos avançou de 4,19% no fechamento de quarta para 4,23% ontem.

Na Bolsa brasileira, as ações do Itaú registraram queda de 1,16%, após o banco anunciar acordo para vender sua operação na Argentina para a instituição local Banco Macro por cerca de R$ 250 milhões. O Itaú informou que terá um impacto negativo não recorrente de R$ 1,2 bilhão no balanço por conta da operação.

MP

Senado aprova reajuste do 'mínimo' e isenção no IR

JOÃO GABRIEL/FOLHAPRESS

O Senado aprovou, na manhã desta quinta-feira, a medida provisória do governo Lula (PT) que aumenta o salário mínimo para R$ 1.320. A Casa manteve o entendimento da Câmara de não tratar da taxação de empresas offshores no texto.

A medida, que tem prazo de validade na próxima segunda-feira, agora vai à sanção da Presidência.

Foi mantido na MP do salário mínimo o trecho que determina o aumento na isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R$ 2.640.

O governo Lula prevê que o salário mínimo deverá alcançar R$ 1.421 no ano que vem, já considerando a fórmula de correção da política de valorização proposta pelo Executivo. O reajuste do piso nacional vai considerar a inflação do ano anterior mais a variação do PIB (Produto Interno Bruto) de dois anos antes (neste caso, a alta de 2,9% observada em 2022). A cifra estará na proposta de Orçamento 2024, que será enviada pelo governo até 31 de agosto.

O valor final do salário mínimo, entretanto, só será conhecido no início do ano.

Inicialmente, a matéria aprovada em comissão mista no último dia 8 também havia agregado o conteúdo de outra medida, na qual estava a proposta de tributação de fundos em paraísos fiscais, as offshores, algo que segundo líderes da Câmara e o próprio presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), não havia sido negociado previamente.

Na terça-feira, o governo Lula decidiu abrir mão desse movimento, em meio à resistência dos parlamentares. Como mostrou a Folha, a tributação das offshores foi o epicentro do atrito entre Lira e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Líderes da Casa já planejavam tirar essa taxação do texto, impondo um revés ao governo federal, mas ao fim, foi costurado um acordo, com a retirada do trecho. Agora, o tema será retomado em um outro projeto de urgência constitucional (trancando a pauta da Casa em 45 dias), a ser enviado pelo Executivo.

A exclusão do trecho das offshores, porém, gerou um problema na sanção da correção da tabela do IRPF. Lula teria de vetar a medida, que foi uma promessa de campanha, ou precisaria encontrar outra fonte de compensação, a ser lançada no momento da sanção da nova lei.

Por isso, segundo o secretário-executivo da Fazenda, Dario Durigan, o governo vai propor a tributação dos fundos exclusivos via MP, que tem vigência imediata.

O texto deve trazer um dispositivo que incentiva os detentores desses recursos a atualizar o patrimônio dos fundos recolhendo uma alíquota reduzida, de 10%, sobre os rendimentos obtidos nos últimos anos.

Lira confirmou, na noite de quarta-feira passada e após a aprovação do novo salário mínimo pela Câmara, que as propostas de taxação de empresas offshore e dos super-ricos devem avançar na Câmara dos Deputados, desde que respeitado um acordo feito com o governo e que modifica a ideia inicial da gestão Lula.

INVESTIMENTOS

Reajuste reduz percepção de risco político na Petrobras

NICOLA PAMPLONA/FOLHAPRESS

Embora não tenha eliminado as defasagens em relação às cotações internacionais, o reajuste dos preços dos combustíveis na semana passada reduziu a percepção de ingerência política sobre o comando da Petrobras e trouxe a estatal novamente ao radar dos investidores.

Entre quarta-feira e ontem, três grandes bancos passaram a recomendar compra das ações da estatal, que dispararam nas bolsas, voltando a patamares anteriores à queda abrupta após a vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no segundo turno de 2022.

A decisão de subir os preços dos combustíveis na semana passada representou a queda de uma das últimas razões para nossa posição cautelosa de longa data sobre a ação", concluem, resumindo percepção comum no mercado.

Os reajustes, de 16% na gasolina e 26% no diesel, ocorreram após pressão do mercado, que se preocupava com eventuais prejuízos com a importação de combustíveis mais caros no exterior para venda a valores menores no Brasil.

Nas semanas que antecederam o aumento, a defasagem no preço da gasolina com a paridade de importação calculada pela Abicom (Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis) chegou a bater R$ 0,90 por litro. No caso do diesel, a diferença chegou a R$ 1,29 por litro.

Os analistas do banco UBS BB destacam que o elevado percentual de reajuste no preço do diesel como um sinal de surpreendente independência da companhia, que também os levou a anunciar nesta quinta recomendação de compra das ações.

PLANOS

Sai lei que permite previdência aberta como garantia de crédito

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Os participantes de planos de previdência complementar podem oferecer os valores depositados em fundos abertos como garantias para empréstimos bancários. O presidente em exercício, Geraldo Alckmin, sancionou lei que permite o uso desses instrumentos para cobrir eventuais calotes em operações de crédito. A norma foi publicada na edição de ontem do *Diário Oficial da União*.

Além da previdência complementar aberta, a lei também permite o oferecimento de depósitos em títulos de capitalização, em seguros pessoais e em cotas de Fundo de Aposentadoria Programada Individual (Fapi) como garantias. Enviado ao Congresso Nacional em abril, como parte de um pacote para ampliar crédito e investimentos, o projeto de lei foi aprovado pela Câmara dos Deputados em junho e pelo Senado no último dia 1º.

Segundo o governo, a lei pretende evitar que os titulares de produtos financeiros alcançados por planos de previdência complementar saquem os recursos em condições desfavoráveis. Em eventuais momentos de dificuldade financeira, seria melhor recorrer a um empréstimo com garantia do que resgatar os valores aplicados nesse tipo de investimento, semelhante à poupança.

Até R$ 1 trilhão de depósitos na previdência complementar aberta poderão ser usados como garantia, conforme o Ministério da Fazenda. A oferta de aplicações financeiras como garantia permite ao tomador conseguir juros mais baixos nos empréstimos. Isso porque o banco, em caso de inadimplência, pode tomar os recursos investidos, o que reduz o risco para as instituições financeiras e diminui as taxas para quem paga os empréstimos em dia.

ADVERTÊNCIAS

No entanto, especialistas em direito previdenciário alertam o consumidor para que fique atento às condições do contrato – juros, custo efetivo e prazo de vencimento – para evitar cair em armadilhas.

Planos de previdência aberta com baixo rendimento e alta taxa de administração podem se revelar não interessantes no longo prazo, o que tornaria mais vantajoso resgatar o dinheiro e sanar as dificuldades financeiras do que fazer um empréstimo.

RECURSOS

Governo Lula redistribui royalties por mineração e amplia cidades beneficiadas

RENATO MACHADO/FOLHAPRESS

O governo do presidente Lula (PT) publicou ontem um decreto que redistribui os recursos do CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais), que são os royalties pagos para localidades onde ocorrem ou são atingidas por atividades de exploração de minerais.

Em particular, a nova regra altera a distribuição para os municípios que são afetados, mas que não são sedes dessas atividades. Essa redistribuição deve beneficiar 1.504 municípios, de 24 estados.

O decreto foi publicado na edição de ontem do Diário Oficial da União. Ele é assinado pelo presidente em exercício, Geraldo Alckmin (PSB), que assumiu o Executivo com a viagem de Lula para a cúpula dos Brics na África do Sul.

Pelas regras em vigor, 15% do CFEM é destinado para o Distrito Federal e também municípios que são afetados pelas atividades de mineração, mas que não sediam em seus territórios a produção. A redistribuição, portanto, aconteceu dentro desse montante.

O governo aumentou de 50% para 55% o porcentual destinado para municípios que são cortados por infraestruturas utilizadas para o transporte ferroviário de substâncias minerais.

Também aumentou de 30% para 35% as compensações para cidades com estruturas ligadas à mineração, como pilhas e estéreis e de rejeitos, usinas de beneficiamento, entre outros.

Por outro lado, o governo reduziu a compensação para cidades com operações portuárias ligadas à mineração, passando de 15% para 7%. O repasse do CFEM para cidades com minerodutos também teve seu porcentual reduzido, de 5% para 3%.

CONSULTORIA

Brasil precisa de R$ 1 trilhão para alcançar objetivos ambientais

PEDRO LOVISI/FOLHAPRESS

O Brasil precisa arrecadar R$ 1 trilhão (US$ 200 bilhões) para alcançar seus objetivos de transição climática até 2030, segundo estimativa da consultoria Oliver Wyman com base em um relatório do Fórum Econômico Mundial (WEF, na sigla em inglês). O documento foi apresentado ontem, em um evento com líderes empresariais em São Paulo. O Brasil se comprometeu a reduzir suas emissões de gases de efeito estufa, com base nos níveis de 2005, em 37% até 2025 e em 50% até 2030, com o objetivo final de alcançar a neutralidade de carbono até 2050.

Segundo o fórum, para alcançar as metas, o Brasil precisa se orientar por cinco eixos: 1) acabar imediatamente com o desmatamento ilegal; 2) criar estratégias nacionais e setoriais de descarbonização 3) estabelecer instrumentos financeiros para a transição; 4) ter apoio político para pautas sustentáveis; 5) qualificar a mão de obra. A Oliver Wyman aponta que quase dois terços da quantia necessária precisa ser destinado à agropecuária e ao setor energético -este último voltado à criação de parques eólicos e solares, tecnologias de armazenamento de energia, incentivos para geração e distribuição de energia e medidas de eficiência energética.O restante se divide, principalmente, em investimentos em bioenergia, hidrogênio verde e indústria automobilística. As estimativas consideram a consolidação das projeções de investimentos relacionados à mitigação climática das principais empresas do país, as perspectivas dos setores econômicos e os atuais planos governamentais.

"Esse dinheiro vai ter que vir do setor privado e público, nacional e internacional", diz Guilherme Xavier, sócio da Oliver Wyman e líder da área de clima e sustentabilidade da consultoria.

Diário do Acionista
As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade
Tels.: (21) 3923-5158 / 96865-1628
publicidade@diariodoacionista.com.br

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial
Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro
São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899
Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Manhã Tarde Noite 25º 15º 85% 06:24 17:54 **INVERNO:** Sol e poucas nuvens, com chuva pela manhã e à noite.

CORRUPÇÃO

Filho 04 de Bolsonaro é alvo de operação da Polícia Civil

MARCELO ROCHA/FOLHAPRESS

Jair Renan, filho do ex-presidente Jair Bolsonaro, foi alvo ontem de uma operação da Polícia Civil do Distrito Federal relacionada a um grupo suspeito de estelionato, falsificação de documentos, sonegação fiscal e lavagem de dinheiro.

Os investigadores cumpriram dois mandados de busca contra Renan, um em Balneário Camboriú (SC), onde ele mora atualmente, e um outro em Brasília.

Em nota, a Polícia Civil disse que, no Distrito Federal, "as ordens foram cumpridas em Águas Claras e no Sudoeste, em desfavor do alvo principal e dois comparsas".

Um dos "comparsas" seria Renan, segundo as investigações. Foram apreendidos nos endereços vinculados a ele um celular, um HD e alguns papéis com anotações.

A polícia prendeu o mentor do esquema e tentou capturar um segundo envolvido, que teve decretada sua prisão, mas que ainda se encontrava foragido no final da tarde. Essa segunda pessoa, de acordo com a corporação distrital, era também procurada por crime de homicídio ocorrido no Distrito Federal.

O inquérito apontou a "existência de uma associação criminosa cuja estratégia para obter indevida vantagem econômica passa pela inserção de um terceiro, 'testa de ferro' ou 'laranja', para se ocultar o verdadeiro proprietário das empresas de fachada ou empresas 'fantasmas', utilizadas pelo alvo principal e seus comparsas", diz o comunicado da polícia.

A defesa de Jair Renan afirmou que ele estava "surpreso" com a operação, mas "absolutamente tranquilo com o ocorrido".

O ex-presidente Jair Bolsonaro não havia comentado a operação em suas redes sociais até o final da tarde.

De acordo com a apuração da Polícia Civil do DF, dois dos investigados usavam uma identidade falsa (nome Antonio Amancio Alves Mandarrari) para abertura de conta bancária e para figurar como proprietário de empresas na condição de "laranja".

Há suspeitas de que os suspeitos forjaram informações empresariais, incluindo faturamento, usando dados de contadores sem o consentimento destes.

A polícia identificou também indícios de movimentações financeiras suspeitas entre eles, inclusive com o possível envio de valores para o exterior.

O caso está a cargo da Delegacia de Repressão aos Crimes contra a Ordem Tributária, da área de combate à corrupção e ao crime organizado da Polícia Civil do DF.

A operação foi batizada de Nexum, referência a instituto contratual do direito romano, que representa a passagem do dinheiro e transferência simbólica de direitos.

Os nomes de Bolsonaro e dos filhos já foram ligados a casos sobre funcionários fantasmas, evolução patrimonial suspeita, vínculo com miliciano e caixa dois eleitoral.

Em alguns casos, a família é diretamente investigada, em outros, teve o nome mencionado em depoimento ou manteve algum vínculo indireto com os envolvidos.

Bolsonaro foi recentemente condenado pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) por mentiras e ataques ao sistema eleitoral, ficando assim inelegível pelos próximos oito anos, e ainda enfrenta uma série de ações na Justiça, como no caso das joias e sob a suspeita de responsabilidade nos ataques de 8 de janeiro.

No ano passado, em meio a outras investigações diante de suspeitas de tráfico de influência e lavagem de dinheiro, o filho 04 de Bolsonaro negou as acusações de recebimento de propina e de defender interesses empresariais junto ao governo.

BAHIA

Após morte de Mãe Bernadete, Incra notifica ocupantes de quilombo

MARIANA BRASIL/FOLHAPRESS

O Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) publicou na quarta-feira passada no Diário Oficial da União edital com a notificação dos 44 proprietários ou ocupantes identificados dentro do Quilombo Pitanga dos Palmares, onde morava a líder Maria Bernadete Pacífico, assassinada no último dia 17 no terreiro que comandava na Bahia.

Jurandir Wellington Pacífico, 42, filho de Mãe Bernadete, diz que a medida foi feita sem consultar a comunidade e questionou os critérios do órgão. "O Incra notificou pessoas que eles não sabem se são quilombolas ou não. O Incra tomou uma decisão aleatória", diz.

A notificação foi feita somente após a morte da ativista, no entanto, o problema da titulação das terras e tentativa de ocupação indevida do quilombo por empreendimentos é antigo. A questão era uma das pautas mais fortes levantadas por Mãe Bernadete e pelo Quilombo Pitanga do Palmares.

"Eu tenho uma lista com esses ocupantes. Quem mora no lugar é que sabe. Agora, estou em um momento delicado, mas vou ter que ligar para eles [o Incra] para ver qual foi o critério usado. Foi uma decisão arbitrária", afirma Jurandir à reportagem.

O líder disse ainda que o órgão não consultou a ele ou a sua família acerca da decisão e que entrará em contato com o governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues (PT), bem como com a presidência do Incra.

No documento, o Incra declara que a notificação via edital foi feita "uma vez que restaram infrutíferas as tentativas de identificação e notificação de todos os ocupantes, proprietários ou não constantes do perímetro do território quilombola de Pitanga de Palmares, localizado nos municípios de Simões Filho e Candeias, estado da Bahia, objeto do processo administrativo.

TERRAS INDÍGENAS

STF vai retomar julgamento do marco temporal na próxima semana

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O Supremo Tribunal Federal (STF) marcou para a próxima quarta-feira a retomada do julgamento do processo que trata da constitucionalidade do marco temporal para demarcação de terras indígenas.

A data foi marcada, no início da noite desta quinta-feira, pela presidente do STF, Rosa Weber, após o ministro André Mendonça liberar o processo para julgamento.

Em junho deste ano, o julgamento foi suspenso após pedido de vista feito por Mendonça, que tinha até 90 dias para devolver o processo para julgamento, de acordo com as regras internas do Supremo.

O placar do julgamento está em 2 votos a 1 contra o marco temporal. Edson Fachin e Alexandre de Moraes se manifestaram contra o entendimento, e Nunes Marques se manifestou a favor.

No julgamento, os ministros discutem o chamado marco temporal. Pela tese, defendida por proprietários de terras, os indígenas somente teriam direito às áreas que estavam em sua posse no dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal, ou que estavam em disputa judicial na época. Os indígenas são contra o entendimento.

O processo que motivou a discussão trata da disputa pela posse da Terra Indígena (TI) Ibirama, em Santa Catarina. A área é habitada pelos povos Xokleng, Kaingang e Guarani, e a posse de parte da terra é questionada pela procuradoria do estado.

Nota

FLAVIO DINO MANDA PF ESCOLTAR COMITIVA DA CPI DO MST NA BA

O ministro da Justiça, Flávio Dino, decidiu que a Polícia Federal deve fazer, de forma excepcional, a segurança da comitiva da cúpula da CPI do MST em uma visita a assentamentos na Bahia. A comissão tinha feito um pedido para a PF e recebeu um não como resposta. Depois, a CPI chegou a acionar a PGR (Procuradoria-Geral da República) e, após pressão e ligação telefônica entre Arthur Lira (PP-AL) e Dino, o ministro intercedeu e mandou a polícia realizar a escolta, que não está entre suas competências ordinárias. Entre os integrantes da comitiva estarão o presidente da CPI, Tenente Coronel Zucco (Republicanos-RS) e o relator, Ricardo Salles (PL-SP).

STF

Maconha: Zanin vota contra descriminalização

JOSÉ MARQUES/FOLHAPRESS

Indicado por Lula (PT) ao STF (Supremo Tribunal Federal), o ministro Cristiano Zanin se manifestou ontem contra a descriminalização do porte de drogas para uso pessoal, divergindo dos ministros que votaram anteriormente, que defenderam essa possibilidade em relação à maconha.

Zanin sugeriu uma tese, no entanto, que diferencie traficante de usuário de maconha no caso da posse da quantia de 25 gramas ou seis plantas fêmeas, mas "com a possibilidade de reclassificação para tráfico mediante fundamentação das autoridades envolvidas".

Em seguida, o ministro André Mendonça, que foi indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), pediu vista (mais tempo para análise) sobre a ação.

Apesar do pedido de vista, a presidente do Supremo, Rosa Weber, decidiu antecipar o seu voto, favorável à descriminalização da maconha. Ela se aposenta em setembro.

Próximo ao fim da sessão, o Supremo formou 5 a 1 a favor da descriminalização da maconha -o tribunal tem 11 integrantes. Todos os ministros que já votaram, porém, concordam que deve haver um critério que diferencie traficantes de usuários.

"A mera descriminalização do porte de drogas para consumo, na minha visão, apresenta problemas jurídicos, e ainda pode agravar a situação que enfrentamos nessa problemática do combate às drogas, que é dever constitucional", disse Zanin, ao ler seu voto.

"Não tenho dúvida de que os usuários de drogas são vítimas do tráfico e das organizações criminosas ligadas à exploração ilícita dessas substâncias, mas se o Estado tem o dever de zelar pela saúde de todos, a descriminalização, ainda que parcial das drogas, poderá contribuir para o agravamento desse problema de saúde", acrescentou.

MAIS UMA DE FEDER

Governo Tarcísio vai ofertar curso técnico experimental

ISABELA PALHARES/FOLHAPRESS

ABRASIL

O governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) (**foto**) vai oferecer cursos técnicos "em caráter experimental" para alunos do ensino médio em escolas regulares da rede estadual de São Paulo no próximo ano letivo.

A proposta, comandada pelo secretário de Educação, Renato Feder, faz parte do Programa Educação Profissional Paulista, cujas diretrizes foram publicadas no Diário Oficial de terça-feira passada. Conforme antecipou a Folha de S.Paulo, a medida prevê a oferta de ensino técnico dentro da estrutura atual das escolas regulares, com aulas presenciais ministradas por profissionais que não necessariamente sejam professores, mas que atuam na área dos cursos.

O programa é a grande aposta do governo Tarcísio para aumentar de forma rápida a modalidade e cumprir a promessa de campanha de ampliar o número de matrículas no ensino técnico - a meta é ofertar, até o fim do mandato, essa opção para metade dos cerca de 1,5 milhão de alunos do ensino médio.

A proposta é uma das razões apresentadas por professores para a greve iniciada em 8 de agosto nas Etecs (escolas técnicas estatuais) e Fatecs (faculdades técnicas). Eles afirmam temer que a que estrutura e os investimentos do Centro Paula Souza, autarquia à frente da rede há cinco décadas, sejam abandonados.

Professores de escolas regulares também criticam a medida e dizem que as unidades não têm estrutura física adequada para receber os cursos, que exigem laboratórios e equipamentos para as aulas práticas.

Em nota, a Secretaria de Educação disse que o programa vai ofertar 100 mil vagas em dez cursos técnicos em 2024 e afirmou que o processo "está tendo ampla participação das escolas e dos estudantes, numa construção reconhecidamente democrática".

"Em julho, a decisão final de oferta do técnico foi submetida aos conselhos escolares de todas as escolas participantes, com 90% de aprovação aos cursos propostos", disse a pasta.

Os cursos em caráter experimental anunciados são ciência de dados e apoio pedagógico na educação básica. A própria resolução que criou o programa indica que eles são experimentais por não constarem no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos -documento elaborado pelo Conselho Nacional de Educação que orienta o ensino profissionalizante em todo o país.

Além deles, a secretaria vai ofertar outras oito modalidades: administração, logística, vendas, agronegócio, hotelaria e eventos, farmácia, enfermagem e desenvolvimento de sistemas. Todas já são oferecidas em Etecs ligadas ao Paula Souza, o que levou o Conselho Estadual de Educação a emitir um parecer apontando o risco para a qualidade do ensino técnico e de duplicidade de gastos para o governo.

O órgão é formado por especialistas nomeados pelo governador para regular e aconselhar sobre as políticas educacionais do estado. A abertura de novos cursos, por exemplo, depende de aprovação dos conselheiros. Até o momento, apenas o curso de ciência de dados foi aprovado.

Em reunião na quarta-feira, os conselheiros citaram a falta de previsão de mapeamento, na resolução da Secretaria da Educação, para evitar que os cursos sejam ofertados de forma duplicada em uma mesma região, criando concorrência com as Etecs, que selecionam estudantes.

O conselho também menciona a escassez de profissionais qualificados para atuar como professores. Atualmente, o Centro Paula Souza tem cerca de 50 mil alunos de ensino fundamental em cursos técnicos e enfrenta dificuldade para ampliar as vagas.

Em nota, a secretaria disse que está aberto um edital para a contratação temporária de docentes que vão atuar nos cursos técnicos. "Os professores efetivos que já atuam na rede e que tenham formação nas áreas dos cursos técnicos terão prioridade na atribuição de aulas, caso queiram lecionar esses componentes curriculares."

Feder defende a ampliação do ensino técnico como forma de tornar a escola mais atraente aos jovens com a promessa de que irão concluir os estudos mais qualificados para o mercado de trabalho.

Ana Paula Corti, professora do IFSP (Instituto Federal e São Paulo) e pesquisadora da Repu (Rede Escola Pública e Universidade), diz que o fomento dessa modalidade é importante para melhorar a formação dos jovens e inserilos no mercado, "além de ser uma meta que o país estabeleceu para melhorar a educação do país". "Mas não adianta fazer uma ampliação rápida sem pensar na qualificação dos professores e na estrutura das escolas", afirma.

Monique Pessôa, especialista em educação da USP, ressalta ainda a preocupação com a criação de cursos experimentais, que não estão no catálogo nacional.

"O documento existe para orientar alunos, professores e empresas sobre o que deve constar em um curso. Tanto do ponto de vista pedagógico quanto em relação aos equipamentos necessários para o aprendizado. Sem esse referencial, não sabemos qual é a qualificação que se pretende dar aos estudantes", diz.

Em nota, a secretaria disse que os dez cursos profissionalizantes foram "definidos após uma análise detalhada sobre sobre a variação na quantidade de vínculos empregatícios por região, conforme dados oficiais da Rais (Relação Anual de Informações Sociais) ao longo de quatro anos, além das escolhas da direção das escolas e de manifestação de interesse dos estudantes realizada em maio deste ano".

Também declarou que a criação de cursos experimentais está respaldada em uma resolução do Conselho Estadual. Disse ainda que o curso de ciências de dados foi criado por ser uma área em "franca expansão de vagas" e informou ter usado como base para criar o currículo um plano de curso estudado pelo Centro Paula Souza, em parceria com a Fundação Telefônica.

Já sobre o curso de apoio pedagógico na educação básica, a pasta disse que atende a uma demanda de "contratação de auxiliares de classe para a educação infantil e ensino fundamental, além de apoio a crianças da educação especial".

INVERNO: Sol com nuvens durante o dia. Chuva a qualquer hora. Manhã Tarde Noite 28º 22º 85% 06:10 17:41

Cardeal Tempesta

Orani João Tempesta, O.Cist
Arcebispo do Rio de Janeiro

Romaria para Aparecida

"Com Maria partimos em missão"

Mais uma vez, somos convidados a partir em peregrinação ao Santuário Nacional de Nossa Senhora da Conceição Aparecida. Todo católico deveria ir ao menos uma vez ao ano à casa da Mãe Aparecida. Em nossa Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, os católicos têm essa oportunidade todos os anos, um momento de ação de graças em que somos convidados a pedir e agradecer as graças concedidas por intercessão da Mãe de Deus.

Em 2023, estamos no 3º Ano Vocacional na Igreja no Brasil e, inclusive, vivemos o mês vocacional. A romaria desse ano é uma oportunidade para pedirmos ao Senhor, por intercessão da Mãe Aparecida, novos operários para a messe. E agradecer a Mãe Aparecida por tantos padres que passaram em nossa arquidiocese, agradecer pelas famílias, pelos religiosos e religiosas e por todos os catequistas.

A intenção da romaria é justamente essa: pedir e agradecer, é uma grande ação de graças. Por isso, convido a todos a partirmos em missão ao Santuário de Aparecida e fazermos uma bonita romaria. Faça a sua inscrição na secretaria paroquial de sua paróquia e, juntos, faremos uma festa bonita em Aparecida.

O tema da romaria desse ano é: "Com Maria partimos em Missão". Estamos no momento em missões populares e, ao mesmo tempo, preparando o nosso II Sínodo Arquidiocesano sobre as Missões. Nossa Senhora, logo após o anúncio do anjo, sai apressadamente e vai ao encontro de sua prima Isabel. Ela transmite o Espírito Santo a Isabel e leva até ela a alegria de ter Jesus em seu ventre. Nossa Senhora também esteve presente quando Jesus, após a ressurreição, aparece aos discípulos e sopra sobre eles o Espírito Santo, e, a partir disso, os envia em missão e nasce a Igreja primitiva. Com a nossa anual Romaria à Aparecida, imitamos Nossa Senhora e estamos indo em missão até a casa da Mãe, para rezar por todos aqueles que nos são próximos e rezar pela Igreja.

As romarias para a casa da mãe acontecem desde o século XIX, quando só existia a basílica antiga. As famílias ou grupos chegavam em carroças, caminhões ou trens que vinham dos três estados mais próximos: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Em 1900, começaram a surgir as grandes romarias, promovidas pelas arquidioceses. A Arquidiocese do Rio de Janeiro realizou, em 16 de dezembro de 1900, a romaria de virada do século e em comemoração ao ano jubilar da Redenção. Dom Joaquim Arcoverde convocou essa romaria.

A Arquidiocese de Aparecida e a Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro têm uma história em comum e uma relação bem estreita. Essa será a 121ª Romaria da Arquidiocese do Rio de Janeiro para o Santuário Nacional. Ao longo de todos esses anos, muitas pessoas participaram desse momento tão lindo e gratificante. A peregrinação se intensificou em 1931, após a visita da imagem original de Aparecida à Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro. O nosso predecessor Cardeal Eugenio de Araujo Sales determinou que a Romaria à Aparecida se realizasse anualmente, no último sábado do mês de agosto, tradição mantida até aos dias de hoje.

Como em todos os anos, façamos uma grande mobilização em nossas paróquias e essa bela caminhada. A programação de nossa romaria inicia às 7h30, com a Oração do Santo Terço, na basílica. Às 9h, teremos a celebração da Santa Missa, que terá transmissões pela Rádio Catedral, RedeVida, TV Aparecida e WebTV Redentor e em nossas páginas digitais. Aqueles que não puderem ir à romaria, podem acompanhar por esses meios de comunicação. Às 10h, sairemos para o Morro do Cruzeiro onde teremos a Via-Sacra, com transmissão pela Rádio Catedral e, por volta das 12h, haverá a bênção de encerramento.

Participemos desses momentos que farão parte de nossa Romaria ao Santuário Nacional. Peregrinar ao Santuário Nacional não é um passeio, mas é um momento de oração, em que rezamos por nós e por aqueles que ficaram em casa. A romaria sempre tem esse sentido, de ser um momento de grande ação de graças.

Dentre os diversos motivos que temos para celebrar e as diversas intenções que trazemos para essa romaria, gostaria de pedir que rezássemos pelo II Sínodo Arquidiocesano, que está iniciando esse ano em nossa arquidiocese e irá até 2025. Rezemos para que os trabalhos do Sínodo deem frutos e a evangelização em nossa arquidiocese possa chegar em todos os lares. Conforme diz o significado da palavra 'sínodo', caminhemos juntos, pois todos somos membros da Igreja, tendo Cristo como cabeça. Que pela intercessão da Virgem Maria, a vocacionada e missionária do Pai por excelência, possamos cumprir a nossa missão nessa romaria e, depois, participar no Sínodo Arquidiocesano.

Convido para que, aos pés da Mãe, rezem pelo Papa Francisco e por todos os bispos, padres e diáconos, para que cada vez mais o anúncio do Evangelho de Cristo seja feito e a Igreja sempre mantenha o ardor missionário. Que o Espírito Santo, que sempre faz nova todas as coisas, renove sempre a Igreja de Cristo.

Irmãos e irmãs, participemos com alegria dessa 121ª Romaria de nossa Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro à Aparecida e façamos dessa romaria arquidiocesana uma grande peregrinação da fé, pedindo e agradecendo a mãe de Deus sua intercessão por todos nós. Aqueles que não podem ir esse ano, juntem-se a nós através dos meios de comunicação, e que no próximo ano possam estar presentes. Que o Espírito Santo nos ajude e nos guie, Amém.

Rússia

Putin afirma que líder do Grupo Wagner cometeu sérios erros

IGOR GIELOW/FOLHAPRESS

Na primeira manifestação de uma autoridade russa sobre a morte do líder do grupo mercenário Wagner, o presidente Vladimir Putin afirmou ontem que Ievguêni Prigojin era um "empresário talentoso", mas que "cometeu alguns erros sérios em sua vida".

Prigojin liderou, há dois meses, um levante contra a cúpula militar russa após ter a liberdade de ação de seu grupo ameaçada pelos seus rivais nas Forças Armadas. Atuante na Guerra da Ucrânia, ele negou depois que seu alvo fosse o presidente, de quem o "chef de Putin" era amigo pessoal.

O presidente russo falou em comentários gravados para a TV estatal. "Ele era um homem com um destino difícil. Ele cometeu alguns erros sérios em sua vida", afirmou. Ofereceu "sinceras condolências" à família de Prigojin e das outras nove pessoas mortas na quarta-feira passada, quando um avião do Wagner caiu naquilo que aliados e analistas veem como uma provável ação do Kremlin.

Putin elogiou o ex-aliado, o chamando de "empresário talentoso", a quem conhecia desde que começou na política nos anos 1990 na prefeitura de São Petersburgo, cidade natal de ambos. Lá, o restaurante do ex-presidiário Prigojin atraía políticos, e ele acabou fornecendo serviços de alimentação ao governo russo e ao Kremlin após a ascensão do líder, em 1999.

Diversificou tanto sua atuação que foi estimulado, por contratos oficiais que chegaram segundo Putin a US$ 1 bilhão anual em 2022, a montar do grupo mercenário em 2014. Atuou na anexação da Crimeia e passou a vender seus serviços a diversos países africanos e à Síria.

No ano passado, virou instrumento importante na invasão russa da Ucrânia, entrando em atrito com os militares, que não gostaram de ver seu espaço disputado. A crise desaguou no motim encerrado com um acordo obscuro no dia 24 de junho.

"Ele alcançou os resultados necessários para si e no esforço conjunto que eu pedi que ele realizasse nos últimos meses", disse Putin, numa referência indireta à tomada da estratégica cidade de Bakhmut, na Ucrânia, numa batalha que o Wagner disse ter perdido 16 mil soldados.

Putin prometeu uma "investigação completa" sobre o incidente com o avião, mas afirmou que isso deverá "levar algum tempo".

Geopolítica

Não estamos colocando ideologia no Brics, diz Lula

RICARDO DELLA COLETTA/FOLHAPRESS

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou ontem que a expansão do Brics não teve motivações ideológicas, e que o critério de seleção dos países recém-admitidos -Argentina, Etiópia, Arábia Saudita, Emirados, Egito e Irã- foi sua importância geopolítica.

O petista deu a declaração ao responder a uma pergunta sobre o ingresso da Argentina, país às portas de um processo eleitoral em que a administração que pleiteou a entrada no Brics está sob séria ameaça de sair do poder. As principais forças da oposição argentina são contra a adesão.

"A responsabilidade que nós tomamos hoje -é isso que dá seriedade à escolha da Argentina- é que a gente não está colocando a questão ideológica dentro do Brics. Estamos colocando a importância geopolítica de cada estado. E você sabe que a Argentina é muito importante na relação com o Brasil e com o Mercosul", declarou.

Reino Unido

Premiê omite investimentos da esposa e viola código de conduta

O primeiro-ministro do Reino Unido, Rishi Sunak, violou o código de conduta do Parlamento britânico ao declarar incorretamente a participação financeira de sua mulher, Akshata Murty, em uma plataforma para contratação de babás que se beneficiaria de uma política promovida pelo governo.

A conclusão é de um órgão de fiscalização segundo o qual a omissão foi fruto de "confusão". "Tendo considerado as informações de que disponho, decidi que a violação do código parece ter sido inadvertida", disse Daniel Greenberg, comissário responsável pelo código de conduta da Câmara dos Comuns, na quarta-feira passada. "Confirmo que o assunto está encerrado."

As investigações começaram em abril, quando o premiê deixou de declarar a participação financeira de sua esposa na empresa Koru Kids quando era interrogado por deputados. A imprensa mostrou a ligação entre Murty e a companhia, que faz uma intermediação entre pais e babás e era listada em um programa piloto de incentivos do governo anunciado em março.

Durante a sessão, a deputada trabalhista Catherine McKinnell questionou Sunak sobre eventuais conflitos de interesses, já que ela via incentivos para os profissionais se inscreverem em agências privadas em detrimento de outros mecanismos.

"Se você se inscrever como indivíduo, como as pessoas fizeram por anos, ganhará um bônus de £ 600 do governo. Mas se você se inscrever em uma agência de cuidados infantis privada, das quais existem seis no país (...), você conseguirá um bônus dobrado, de £ 1.200", argumentou a política na ocasião. O premiê falou que não havia conflito e que suas declarações já estavam públicas.

A participação de sua esposa na Koru Kids constava em um lista privada que é revisada por funcionários públicos, mas não em uma declaração pública mais abrangente —após a manifestação de Greenberg, porém, uma nota foi incluída no segundo documento para mencionar esse investimento de Murty.

Ao publicar as conclusões da sua investigação, Greenberg disse que Sunak deveria ter declarado a participação de sua esposa quando foi questionado na sessão, mas acrescentou que o líder britânico confundiu as regras de declaração de interesses dos dois documentos.

O comissário tem o poder de encaminhar aqueles que violam as regras de conduta para um comitê que poderia suspendê-los ou expulsá-los do parlamento, mas decidiu concluir o inquérito por meio de um procedimento de retificação.

Esse mecanismo pode aconselhar o legislador, exigir desculpas ou corrigir seu registro dos interesses financeiros. Numa carta a Greenberg, Sunak pediu desculpas, afirmou que não participou das reuniões que decidiram as empresas que participariam do projeto e argumentou que a participação de sua esposa na plataforma correspondia a cerca de 1% do valor total da empresa.

"Estou satisfeito que esse assunto seja concluído por meio de retificação", acrescentou o premiê, que não enfrentará novas investigações sobre o assunto.

Superpesa Cia de Transportes Especiais e Intermodais
CNPJ nº 42.415.810.0001-59
Edital de Convocação - Assembleia Geral /Ordinária Extraordinária: A Superpesa Cia de Transportes Especiais e Intermodais, CNPJ nº 42.415.810.0001-59, por meio de seu diretor-presidente, o Sr. João Alberto Machado Alves, torna público e convoca todos os acionistas para participarem da Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária, que será realizada no dia 08/09/2023, às 09h00min, em 1ª convocação, na sede social da Companhia, na Avenida Brasil, nº 42.301, Bairro Campo Grande/RJ, CEP 23.078-002, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) aprovação das Demonstrações Financeiras; (ii) eleger os membros da diretoria; (iii) definir a remuneração dos membros da diretoria; (iv) ratificar os atos praticados pelos membros da diretoria até a presente data; (v) a alteração do objeto social e consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (v) outros assuntos de interesse da Companhia. Os Acionistas poderão ser representados por terceiros que compareçam com o regular instrumento de procuração. João Alberto Machado Alves - Diretor Presidente

Superpesa Transportes, Projetos e Fabricação S.A
CNPJ nº 37.513.014/0001-19
Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária: A Superpesa Transportes, Projetos e Fabricação S.A, CNPJ nº 37.513.014/0001-19, por meio de seu diretor-presidente, o Sr. João Alberto Machado Alves, torna público e convoca todos os acionistas para participarem da Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária, que será realizada no dia 08/09/2023, às 10h00min, em 1º convocação, na sede social da Companhia, na Avenida Brasil, nº 42.301, Bairro Campo Grande/RJ, CEP 23.078-002, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) aprovação das Demonstrações Financeiras; (ii) eleger os membros da diretoria; (iii) definir a remuneração dos membros da diretoria; (iv) ratificar os atos praticados pelos membros da diretoria até a presente data; (v) a alteração do objeto social e consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (v) outros assuntos de interesse da Companhia. Os Acionistas poderão ser representados por terceiros que compareçam com o regular instrumento de procuração. João Alberto Machado Alves - Diretor Presidente

Doença

Município do Rio vai testar vacina contra dengue tipo 1

TÂNIA RÊGO/ABRASIL

CRISTINA INDIO DO BRASIL/ABRASIL

A cidade do Rio deve testar, até o fim deste ano, uma vacina contra a dengue em população específica. Segundo o secretário municipal de Saúde, Daniel Soranz (**foto**), essa é uma parceria entre o Ministério da Saúde, a Fundação Oswaldo Cruz e a pasta. A expectativa é vacinar cerca de 40 mil pessoas para verificar o comportamento do imunizante em relação à dengue tipo 1, que circula neste momento no Brasil.

"É uma vacina que foi testada para a dengue 2, a gente quer ver de fato como ela se comporta com o nosso sorotipo circulante hoje que é a dengue tipo 1", adiantou em entrevista à *Agência Brasil*.

O teste vai funcionar como um tipo de prevenção dos períodos de verão, quando os casos da doença costumam aumentar. "A gente vai fazer esse teste antes do período do verão obviamente, para poder verificar a eficácia da vacina nos próximos períodos", disse o secretário.

Soranz afirmou ainda que embora a área onde será feito o teste já esteja definida, não pode revelar, por enquanto, o local porque ainda faltam outras decisões. "A gente já definiu uma área e estamos fechando de fato qual vai ser o tamanho dessa amostra".

COVID-19

Quanto à vacinação contra a Covid-19, o secretário informou que em março do ano que vem o município do Rio fará mais uma etapa de imunização contra a doença. A intenção é manter uma periodicidade semelhante à da vacina contra a gripe que é aplicada anualmente. De acordo com ele, a vacina é eficiente, mas com o tempo a capacidade de imunização vai se reduzindo e, por isso, é preciso renovar a carga de proteção.

"A vacina na covid vai ser feita anualmente, exatamente igual a vacina da gripe. É uma vacina que tem um processo de genicidade muito parecido, ela protege muito, mas essa proteção vai caindo ao longo do tempo. Se a gente não tiver a consciência de que a proteção não dura para sempre, a gente vai abrir margem a ter mais casos de covid na cidade. O Ministério da Saúde já tem recomendado que a gente faça anualmente a vacina da covid-19 e a recomendação é que todas as pessoas que não fizeram a vacina bivalente, procurem uma unidade de saúde para se vacinar e se proteger", lembrou.

Conforme o secretário, essa etapa vai começar em março. "Sempre vai ficar para o mês de março de cada ano. A ideia é que a gente faça a vacina para a covid, junto com a vacina bivalente".

Ele fez um apelo às pessoas que ainda estão com o calendário de vacinação contra a covid em atraso, porque a secretaria tem nesta semana 60 mil doses da vacina prestes a vencer. "É muito importante que o carioca não deixe as vacinas vencerem. Procurem uma unidade de saúde para que possamos realmente manter a cidade livre da covid-19 como a gente tem hoje", pediu.